

Zenaide Azeredo



A vitória dos direitos humanos

Um eleitorado especial, composto, em sua maioria, de advogados, pôde ver ontem o candidato Fernando Henrique Cardoso em campanha. Uma campanha morna, nada similar à de 1994, quando o atual Presidente da República era apenas um senador licenciado, pleiteando o mais alto cargo do País.

Na condição de Presidente interessado na reeleição, o candidato da coligação *União, Trabalho, Progresso* esforça-se para manter o cargo, lançando-se numa campanha diferente. O candidato-presidente é um homem contido, que mede suas palavras, sobretudo quando é instado a opinar sobre questões internacionais, como aconteceu ontem, durante debate na Ordem dos Advogados do Brasil/Seção DF.

Como referir-se aos problemas dos países vizinhos, especialmente às tentativas de golpe no Paraguai ou ao problema do narcotráfico, na Colômbia, sem ferir susceptibilidades? Qualquer avaliação

do candidato estaria refletindo a opinião do Presidente, sabe-se lá com que consequências nas relações diplomáticas do País.

É bem verdade que o comitê de campanha de Fernando Henrique lembrou-se, ontem, de mandar um grupo de militantes do PSDB até a sede da OAB/DF, onde o candidato faria uma palestra. Mas como o esquema de segurança montado era eminentemente presidencial, os manifestantes logo se dispersaram. Fernando Henrique, assim como Luiz Inácio Lula da Silva, Enéas Carneiro e Ciro Gomes, teria de relatar suas propostas no setor de Direitos Humanos. E ele o fez. Só que de uma maneira tão mais embasada que os outros candidatos que é impossível não notar a desigualdade gritante entre suas metas - algumas já encaminhadas - e as de outros candidatos.

Mesmo que a oposição não considere palpáveis os avanços ocorridos nesse campo, nos últimos quatro anos, Fernando

Henrique produziu um Programa Nacional de Direitos Humanos, que se não foi cumprido à risca, pelo menos avançou muito. "Este é um País complexo", justificou Fernando Henrique, enquanto desfiava um rosário de conquistas na legislação de Direitos Humanos. Da proteção às testemunhas, à aprovação de um Código de Trânsito, passando pela perseguição ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, à retirada de menores das ruas e à luta pela cidadania das minorias, algo se fez nesse País nesse setor.

Não há como negar as conquistas na legislação sobre o que o secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, convencionou chamar de "reconciliação nacional". Ou seja, o julgamento do movimento de 1964. Afinal, o que foram as 265 indenizações - no valor de R\$ 30 milhões - pagas às famílias dos mortos e desaparecidos durante a repressão dos governos militares senão uma contundente crítica ao

regime instaurado em 1964? Essa foi a vitória mais difícil, a mais delicada, obtida pelo Governo no campo dos direitos humanos. Que argumentos não foram necessários para convencer os militares a aceitarem as indenizações aos familiares de Carlos Lamarca, Carlos Marighela e Zuzu Angel, só para citar os casos mais complicados? Como mexer nessa ferida sem provocar uma ruptura no sistema? É claro que se poderia ter obtido muito mais, mas dentro da proposta de Fernando Henrique, de transformar o País numa democracia, não há o que questionar. Pelo menos por enquanto.

Na palestra de ontem, ele evitou tocar na questão dos desaparecidos, mostrando exatamente que não pretende acirrar os ânimos, onde sabe que existem feridas não cicatrizadas. Mas, no sentido amplo dos direitos humanos, foi contundente. "Isso é o que estou fazendo. Pretendo fazer mais."

